



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO (CEDUC II)
CURSO DE LICENCIATURA EM FILOSOFIA**

GILSON SOARES DOS SANTOS

**O CONCEITO DE MAL RADICAL E SUA
RELAÇÃO COM A RELIGIÃO, EM KANT**

CAMPINA GRANDE - PB
2011

GILSON SOARES DOS SANTOS

**O CONCEITO DE MAL RADICAL E SUA RELAÇÃO COM A
RELIGIÃO, EM KANT**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Licenciatura em Filosofia da
Universidade Estadual da Paraíba, em
cumprimento aos requisitos necessários para
obtenção do grau de Licenciado em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Reginaldo Oliveira Silva

Campina Grande – PB
2011

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL – UEPB

S237c

Santos, Gilson Soares dos

O conceito de mal radical e sua relação com a religião,
em Kant [manuscrito]: /Gilson Soares dos Santos. –
2011.

20 f.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Filosofia) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro
de Educação, 2011.

“Orientação: Prof. Dr. Reginaldo Oliveira Silva,
Departamento de Filosofia”.

1. Kant 2. Moral 3. Religião I. Título.

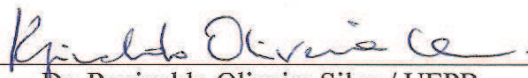
21. ed. CDD 142.3

GILSON SOARES DOS SANTOS

**O CONCEITO DE MAL RADICAL E SUA RELAÇÃO COM A
RELIGIÃO, EM KANT**

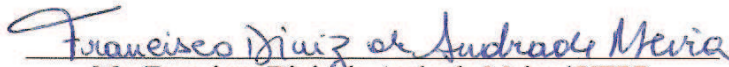
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Licenciatura em Filosofia da
Universidade Estadual da Paraíba, em
cumprimento aos requisitos necessários para
obtenção do grau de Licenciado em Filosofia.

Aprovado em: 30/11/2011.



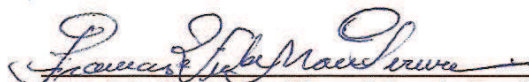
Dr. Reginaldo Oliveira Silva / UEPB

Orientador



Ms. Francisco Diniz de Andrade Meira / UEPB

Examinador



Ms. Francisco Victor Macedo Pereira / UEPB

Examinador

O CONCEITO DE MAL RADICAL E SUA RELAÇÃO COM A RELIGIÃO, EM KANT

*Gilson Soares dos Santos**
*Dr. Reginaldo Oliveira Silva***

RESUMO

O propósito deste artigo é conceituar o mal radical no pensamento de Immanuel Kant, bem como refletir sobre sua proposta que trata acerca da possibilidade de um resgate da disposição originária para o bem na natureza humana e o papel da religião nesse resgate. Estes temas perpassam a filosofia da religião, proposta por Kant, em sua obra *A religião nos limites da simples razão*, publicada em 1793. O mal radical, em Kant, é entendido como uma inversão, pelo livre-arbítrio, deliberada, desde sempre, pelo homem, tornando-se um obstáculo na caminhada do ser humano para o bem da espécie. Por isso, para Kant, o mal radical precisa ser superado, e a religião moral, que é enquadrada na simples razão, apresenta-se como necessária para essa superação, proporcionando o possível resgate da disposição natural do homem para o bem.

PALAVRAS-CHAVE

Kant. Moral. Religião. Mal Radical.

O presente artigo tem como objetivo refletir sobre o mal radical nos argumentos de Kant sobre a religião dentro dos limites da simples razão. Entendemos que embora o filósofo trate a teoria do mal, ao contribuir com a ética, na *Fundamentação da metafísica dos costumes* e na *Crítica da razão prática*, é em *A religião nos limites da simples razão* que desenvolve a teoria do mal radical, apresentando um possível resgate da disposição para o bem, relacionado à religião, isto é, dentro de suas preocupações com a filosofia da religião.

Immanuel Kant (1724-1804) habilitou-se a tratar do mal radical em seu artigo “*Sobre o mal radical na natureza humana*”, publicado em 1792, vindo este a ser o tema principal de sua obra *A religião nos limites da simples razão* (1793). A partir de uma leitura desta obra que apresenta o mal radical como o eixo principal do pensamento de Kant sobre a religião, alguns questionamentos caracterizam este trabalho. Como o filósofo trata a questão do mal radical, numa perspectiva da liberdade e da moral? Pois se o mal é radical, como relacioná-lo à liberdade? Se o mal radical é histórico, um entrave no caminho do homem para o bem da espécie, como superá-lo? Onde entra a religião como solução para o mal radical e qual o seu papel para o resgate do bem e a realização do soberano bem no mundo? Tendo em vista esses

* Licenciando em Filosofia – Aluno da Universidade Estadual da Paraíba

** Orientador – Professor da Universidade Estadual da Paraíba

questionamentos, na presente reflexão pretendemos levantar a hipótese da relação entre moral e religião, norteando-nos pelo conceito de mal radical.

O problema do mal sempre provocou grandes inquietações em toda a história da humanidade, sendo motivo de grandes debates no transcurso da história do pensamento humano. Com efeito, apesar de toda cosmovisão tentar lidar com a questão, o mal se destaca como algo incompreensível, inaceitável e, ao mesmo tempo, parece ser insuperável. Está presente no cotidiano, seja religioso, moral, social ou natural. É visto em problemas diversos que vão desde a desonestidade nos negócios até os mais ofensivos vícios da cultura e da civilização. A lista de opressão, indignidade, crueldade, tortura e tirania, denuncia que o mal deve ser encarado como uma realidade.

A problematização, o confronto e a exposição de tema tão relevante apresenta-se a nós como algo necessário, a ser examinado e abordado dentro da filosofia, no âmbito da ética e da moral. Se em toda a história o problema do mal tem provocado inquietude no homem, parece-nos razoável buscarmos no próprio ser humano sua explicação. As ações do homem, que envolvem guerras, disputas, genocídios, homicídios e atitudes cada vez mais sem limites, quiçá sejam explicadas examinando-se a natureza humana, na busca de encontrar nesta, razão para a constância do mal, uma vez que o mal radicalizado na natureza humana parece apresentar-se como empecilho à moral, impossibilitando o caminhar da humanidade para o bem. Por outro lado, é plausível que se pense na possibilidade de resgate da soberania do bem no mundo, buscando na religião, enquadrada nos moldes da razão, o resgate de uma disposição para o bem, também originária no homem. Daí, a importância do escrito de Kant que, a nosso ver, oferece um caminho sólido para a reflexão que pretendemos aqui empreender.

A temática do mal radical é tão instigante quanto os demais escritos de Kant, embora seja pouco estudada. Para abordar tão delicada questão, seguimos os passos do filósofo, a fim de alcançarmos os propósitos desejados. Para o estudo do tema, Kant parte de quatro pontos fundamentais, a saber, a disposição original para o bem na natureza humana, a propensão (ou pendor) para o mal na natureza humana, o homem é mau por natureza e a origem do mal na natureza humana. Em seguida, ele tratará sobre o resgate da disposição originária para o bem. Neste sentido, teremos como fio condutor o problema do mal radical na moral kantiana, a religião apresentando-se como solução para um resgate da disposição para o bem na natureza humana.

Na época em que viveu Immanuel Kant (1724-1804), principalmente quando atuou academicamente, os assuntos religiosos eram de interesse do Estado e estavam relacionados à

teologia. A religião “governava” a educação pessoal e formal, bem como regia a vida pública. Era censurado “qualquer ensinamento, nos colégios ou universidades, que divergisse da forma ortodoxa do protestantismo luterano” (Durant, s.d., p. 65). As leis eclesiásticas tornaram-se leis do Estado. Havia uma censura sobre todos os tipos de publicações e dispensa de todos os professores suspeitos de heresia (Ibidem). Some-se a isto o movimento que gerou o iluminismo com seu programa de emancipação do homem, de sua saída da menoridade, a eleição da razão como instrumento para melhorar ou criar instituições mais justas e funcionais para a humanidade, objetivos que, segundo Kant não foram alcançados, pelo menos no que concerne à libertação da humanidade. Daí, o foco de Kant sobre a religião está relacionado ao contexto histórico do surgimento do iluminismo, que propunha uma razão capaz de responder aos anseios humanos. Sendo assim, Kant discorda de seus contemporâneos quando trata o fato do mal radical, indo de encontro ao otimismo de muitos, como por exemplo, o de Rousseau, que era otimista quanto às capacidades humanas e considerava o homem bom por natureza. Nesse aspecto, Kant estabelece uma ruptura radical com seus contemporâneos.

Kant trata do tema com os princípios religiosos, culturais e históricos de sua época. Critica a idolatria, a superstição, o clericalismo e o dogmatismo autoritário, também protestante. Jair Antonio Krassuski (2005, p. 26) diz que “é essa complexa discussão sobre a religião, suas bases, influências e motivações que orienta a reflexão de Kant”. Para Will Durant (s.d., p. 61) a religião apresentada por Kant provocou protestos de todos os ortodoxos da Alemanha, suas concepções religiosas chegaram a provocar a hostilidade das autoridades, uma vez que apresentava uma religião baseada “não na lógica da razão teórica, mas sim na razão prática do senso moral” (Durant, s.d. p. 63). Isso trouxe sérias implicações, pois “qualquer bíblia ou revelação tem que ser julgada por seu valor para a moralidade e não pode ela própria ser juiz de um código moral” (Ibidem).

De saída, a problemática do mal radical, em Kant, parece residir no âmbito da moral. Os argumentos apresentados por ele sobre a ética e a moral têm início em seus escritos anteriores, *Fundamentação da metafísica dos costumes* e na *Crítica da razão prática*, antecedendo, portanto, a obra que abordaremos neste trabalho. Nestes, está contida uma filosofia moral, onde o filósofo tem como objetivo o princípio moral ou lei mais fundamental que determina diretamente o valor ético por trás dos atos de vontade e, conseqüentemente, determina todos os outros valores morais sem exceção. Conquanto o filósofo trate nessas obras sobre o mal moral, ele o conceberá posteriormente como o mal radical, que, estando na raiz da natureza, obstaculiza a prática do bem.

A explicação de Kant para a problemática da moral é que o homem tem dois móveis de ação: a lei moral, que independe de todo e qualquer condicionamento da natureza, e as inclinações naturais, que o faz seguir em busca da felicidade ou daquilo que ele julga ser a felicidade. Os homens, à semelhança de todos os animais, são regidos em grande medida pelos desejos. O que caracteriza a diferença dos demais animais é que todos os homens fazem uso da prática da razão, que diz a cada um o que é certo e o que é errado no campo da moral, e é tão inata quanto as outras propriedades da razão. Por isso, há no homem a capacidade, em certas circunstâncias, de agir com base em princípios, e seguir os ditames da razão, mesmo quando isso vai de encontro a seus apetites e desejos. Quando se age dessa maneira, o valor moral da ação reside na máxima de acordo com a qual se decide agir. Porém, naquilo que concerne às ações com a lei, não há diferença entre um homem de bons costumes e um homem moralmente bom. O primeiro segue a lei segundo a letra, ou seja, é guiado unicamente pela lei, o segundo, observa a lei de acordo com o espírito.

Os termos imperativo hipotético e imperativo categórico são usados por Kant para explicar o agir do homem. Este último permite que se veja determinada ação concreta do prisma universal a fim de julgar se é ou não moral, ou seja, age-se de acordo com a máxima pela qual deseja-se que se torne uma lei universal, nele a razão deduz se uma dada máxima está ou não de acordo com o dever; enquanto o primeiro, por sua vez, entende a felicidade como finalidade do agir ético, ou seja, a razão deixa se iludir ao se guiar por outros fins que não aqueles estabelecidos por ela mesma.

Para Immanuel Kant moral e religião estão ligadas de modo estreito. A moral conduz, determinadamente, à religião. Por isso, Kant inicia sua religião da razão tratando sobre o mal moral, afirmando que o problema do mal é tão antigo como a própria história. Segundo ele, no que concerne ao mal, existem duas opiniões que caminham em direções opostas: uma que pode ser julgada pessimista, a outra, que pode ser vista como otimista. Na visão pessimista, quase todos fazem começar o mundo pelo bem, a ideia do paraíso, ensinando que depois há um declive e, conseqüentemente, a queda no mal. A trajetória da humanidade pode ser entendida como “o mundo vai do bem para o mal”. Remando contra essa opinião, aparentemente geral, está a visão otimista, encontrada na tradição filosófica, ensinando que o mundo progride na direção oposta, isto é, do mau para o melhor. Esta opinião encontra apoio entre os filósofos e pedagogos. Para Kant, porém, é preciso levar em consideração o homem por natureza: se, quanto ao corpo, é possível aceitar que o homem nasça são, existe a mesma possibilidade de pensar que, quanto à alma, ele nasça, de igual modo, são. O homem seria aceito bom quanto ao corpo e bom quanto a alma. Diante disso, Kant pergunta se não será ao

menos possível um meio termo, ou seja, que o homem, em sua espécie, seja bom e mau ao mesmo tempo, ou mesmo que nem seja bom nem mau.

Kant, a partir da afirmação “o homem é bom por natureza” ou “o homem é mau por natureza”, argumenta sobre o “primeiro fundamento”, que é a “disposição de ânimo”, ou seja, a intenção para a “adoção de máximas boas ou da aceitação de máximas más (contrárias à lei)” (Kant, 1992, p. 27). Uma máxima é uma regra ou princípio geral que uma pessoa pode usar como guia para sua ação. Para Kant, porém, a máxima que rege a ação deve ser uma máxima genuinamente moral. O primeiro fundamento, a disposição de ânimo, impulsiona o homem a adotar máximas. Esta adoção de máximas, boas ou más, refere-se ao uso da liberdade. Denominar um homem de mau, baseado na experiência da observação de práticas contrárias à lei, é algo que não se deve fazer, pois não se pode chamar um homem de “mau” porque pratica ações contrárias à lei, mas pelas máximas más incluídas nele. A experiência pode julgar que as ações de um homem são contrárias à lei, mas não pode julgar que o homem seja mau, pois a máxima adotada por ele não aparece na experiência. Isto significa dizer que a disposição de ânimo ou o primeiro fundamento não pode ser julgado pela experiência. O homem que fizer da lei moral sua máxima será moralmente bom. Ele será mau se nele houver uma máxima má. Temos aí, segundo Kant (Ibidem, p. 28), uma proposição disjuntiva.

O homem é (por natureza) ou moralmente bom ou moralmente mau. Mas a quem quer que seja facilmente ocorre perguntar se haverá justeza nesta disjunção, e se alguém não poderá afirmar que o homem nenhuma das duas coisas é por natureza, e um outro asserir que ele é ambas ao mesmo tempo, a saber, bom em certas partes, mau noutras. A experiência parece inclusive confirmar este termo médio entre os dois extremos.

Para o filósofo, é interessante não admitir, no que diz respeito à doutrina dos costumes, nenhum termo médio, nem nas ações nem nos caracteres humanos, pois nessa ambiguidade as máximas perdem sua precisão. É nesse sentido que ele se posiciona contrariamente ao chamado latitudinarismo, seja ele sincretista ou indiferentista. Os chamados latitudinários sincretistas defendem a tese de que a intenção do homem é boa e má ao mesmo tempo: boa em certos aspectos e má em outros. Kant argumenta, segundo um modo rigorista de pensar, que, no que se refere à adoção de máximas, sendo o seu primeiro fundamento bom, as máximas dele decorrentes serão conseqüentemente boas; em contrapartida, sendo ele mau, as máximas adotadas serão más. Deve-se descartar a ideia de que o homem seria bom em algumas coisas e mau em outras. Opor-se-á também aos indiferentistas, os defensores da ideia de que os indivíduos possuem uma disposição de ânimo nem boa nem má. E argumenta que o

arbítrio humano, quando adota máximas, não pode posicionar-se de maneira neutra, isto é, nem boa nem má.

Ainda tratando da questão do mal radical, Kant descreve, em seguida, a disposição originária para o bem na natureza humana, dividindo-a em três classes, consideradas, por ele, como boas e originárias, pois pertencem à possibilidade da natureza humana. São elas: a disposição para a animalidade (como ser vivo); a disposição para a humanidade (como ser vivo e racional) e a disposição para a personalidade (como ser racional), suscetível de imputação.

A disposição para a animalidade – que considera o homem como ser vivo apenas – e é caracterizada pelo amor a si mesmo, este sendo simplesmente mecânico, dispensa a razão. Kant apresenta este amor a si mesmo como tríplice: primeiro, busca a conservação de si próprio; segundo, busca a propagação da espécie por meio do impulso ao sexo, conservando o que é gerado pela mescla; terceiro, busca a sociabilidade com os outros, ou seja, é o impulso à sociedade. Nessa classe de disposição estão os vícios de todos os tipos, embora não brotem necessariamente dela, isto quer dizer que a animalidade em sua raiz não pode ser considerada viciosa, mas nela estão enxertados os vícios. Kant os chamará de “vícios da brutalidade da natureza”, ou seja, os vícios bestiais. Ele vai elencar alguns desses vícios, como os vícios da gula, da luxúria, da selvagem ausência da lei, no relacionamento com o outro.

Já a disposição para a humanidade – que considera o homem como ser vivo e ao mesmo tempo racional – também é caracterizada, à semelhança da disposição para a animalidade, como o amor de si físico, porém, difere da disposição anterior, pois tem como diferencial o uso da razão, em virtude de que “o amor de si promana a inclinação para obter para si um valor na opinião dos outros” (Kant, 1992, p. 33). Sobre esta disposição, Allen W. Wood (2008, p. 217) escreve:

os seres humanos, de acordo com a teoria kantiana da história, têm uma tendência natural à “presunção” ou à “insociável sociabilidade”. Eles buscam superioridades sobre os outros seres humanos e são levados à sociedade com outros mais por impulsos competitivos do que por interesses comuns. Contudo, a razão moral diz a eles que os outros seres humanos são seus iguais em dignidade como fins em si mesmos e os comanda a viverem pelas leis de um reino dos fins, leis que os levam a procurar unidade entre fins humanos no lugar de egoísmo e competição.

O amor de si físico é exercido em comparação com os outros. No entanto, como exige a capacidade racional do homem, este é capaz de julgar-se feliz ou não, pois pode comparar-se com os outros. Essa comparação leva o homem a não conceder a ninguém superioridade

sobre si, mas permite, gradualmente, um desejo injusto de adquirir superioridade sobre os outros, ou seja, a fim de evitar que os outros exerçam superioridade sobre si, o indivíduo projeta-se como superior em relação aos demais. Daí, resulta inveja e rivalidade, podendo surgir os maiores vícios de guerras secretas ou abertas contra aqueles que julgamos estranhos. Porém, tais vícios são enxertados nessa disposição, não despontam por si mesmos da natureza como de sua raiz, mas, como diz Kant (1992, p. 33) “na competição apreensiva de outros em vista de uma superioridade que nos é odiosa”, o homem age como meio de precaução. Os vícios que se agregam, ou são enxertados nessa disposição recebem do filósofo a denominação de vícios de cultura, isto é, na convivência social (cultural) é que eles surgem. Além da inveja, são exemplos de vícios de cultura a ingratidão e a alegria malvada, os vícios diabólicos.

A disposição para a personalidade – que considera o homem como ser racional e responsável – tem como característica a suscetibilidade da reverência pela lei moral. Essa suscetibilidade em nós seria o sentimento moral, porém este, também, “não constitui por si ainda um fim da disposição natural, mas só enquanto é móbil do arbítrio” (Ibidem). Kant atribui a essa disposição a origem da capacidade humana de determinar incondicionalmente o seu arbítrio, e afirma que somente ela pode promover tal capacitação. Nessa disposição o homem tem a capacidade de sentir-se influenciado para respeitar a lei moral. Kant (Ibidem) dirá sobre a disposição para a personalidade:

a susceptibilidade da mera reverência pela lei moral em nós seria o sentimento moral, que, no entanto, não constitui por si ainda um fim da disposição natural, mas só enquanto é móbil do arbítrio. Ora visto que tal é possível unicamente porque o livre arbítrio o admite na sua máxima, é propriedade de semelhante arbítrio o caráter bom; o qual, como em geral todo o caráter do livre arbítrio, é algo que unicamente se pode adquirir, mas para cuja possibilidade deve, no entanto, estar presente na nossa natureza uma disposição em que absolutamente nada de mau se pode enxertar.

Considerando-se, em Kant, as três disposições mencionadas: a primeira não tem qualquer gênero de razão por raiz; a segunda, a tem na razão prática, subordinada apenas a outros motivos; só a terceira tem como raiz a razão prática por si mesma, ou seja, somente esta é incondicionalmente legisladora. Porém, para ele, “todas estas disposições no homem são não só (negativamente) boas (não são contrárias à lei moral), mas são igualmente disposições para o bem (fomentam o seu seguimento)” (Ibidem, p. 34).

Se na disposição o homem se destina ao bem, por que Kant, intencionando definir o mal radical, passa a desenvolver o conceito de propensão? Ele argumenta que, das três classes

de disposição para o bem, as duas primeiras são disposições para o bem, ou seja, fomentam o seu seguimento e “o homem pode, sem dúvida, servir-se das duas primeiras contrariamente ao seu fim, mas a nenhuma delas pode extirpar” (Ibidem). Contudo, é a terceira que contempla a disposição moral.

Se para Kant a disposição para a personalidade é que contempla a moral, alguns aspectos passam a ser examinados. Em primeiro lugar, o filósofo busca definir o que é propensão, apresentando duas maneiras de entendermos seu significado. Em segundo lugar, será apresentado três diferentes graus de propensão.

Uma primeira definição de propensão, segundo Kant, é que ela pode ser entendida como “o fundamento subjetivo da possibilidade de uma inclinação (desejo habitual, *concupiscentia*), na medida em que ela é contingente para a humanidade em geral” (Ibidem). Distingue-se, segundo Kant, de uma disposição porque, mesmo sendo inata, não deve ser representada como tal, ao contrário, deve ser considerada como adquirida (quando é boa) ou contraída (quando é má) por erro do próprio homem. Ela é tratada somente como a inclinação para o mal propriamente dito, ou seja, para o mal moral. Propensão também pode ser entendida como “apenas a *predisposição* para a ânsia de uma fruição; quando o sujeito faz a experiência dessa última, a propensão suscita a *inclinação* para ela” (Ibidem, p. 34. n. 9). De acordo com essa definição, há no homem apenas uma busca pelo prazer (predisposição), contudo, quando este tem contato com o prazer, é gerado nele uma inclinação indestrutível. Com relação aos três graus de propensão, Kant (Ibidem, p. 35) fará a seguinte distinção:

podem distinguir-se três diferentes graus de tal propensão. Primeiro, é a debilidade do coração humano na observância das máximas adotadas em geral, ou a fragilidade da natureza humana; em segundo lugar, a inclinação para misturar móveis imorais com os morais (ainda que tal acontecesse com boa intenção e sob as máximas do bem), i.e., a impureza; em terceiro lugar, a inclinação para o perfilhamento de máximas más, i.e., à malignidade da natureza humana ou do coração humano.

Quanto ao primeiro, “a debilidade do coração humano na observância das máximas adotadas em geral”, Kant, lembrando o Apóstolo¹, dirá que na máxima do nosso arbítrio admitimos o bem (a lei), mas, aquilo que na ideia (*in thesi*) tinha o valor de móbil insuperável, torna-se fraco quando a máxima deve ser seguida. O homem possui consciência do caráter

¹ Kant cita aqui o apóstolo cristão, Paulo de Tarso: “Porque eu sei que em mim, isto é, na minha carne, não habita bem algum; com efeito, o querer o bem está em mim, mas o efetuá-lo não está. Pois não faço o bem que quero, mas o mal que não quero, esse pratico.” (BÍBLIA SAGRADA. 2007. p. 1328).

absoluto da lei moral e o adota em sua máxima, mas graças à debilidade do coração (natureza humana), que resulta de sua propensão para o mal, ele sente-se incapaz de reconhecer tal caráter como móbil suficiente para sua ação. Isto quer dizer que, na máxima, respeita-se a suficiência da lei moral como único móbil, mas no seguimento da máxima da ação a natureza humana é fraca, necessitando de outros móveis. Em outras palavras, diante das motivações, a debilidade do coração se manifesta. O que é fraco aqui não é a máxima adotada, mas a realização desta.

O segundo é identificado com a impureza (*impuritas, improbitas*) “que consiste na propensão em misturar a motivação moral e a não-moral no estímulo subjetivo da ação” (Krassuski, 2005, p. 186). O homem tem consciência da suficiência da lei moral como móbil para o arbítrio, mas precisa de outros móveis além deste. Nisso, há uma mistura de móveis imorais com móveis morais. Como diz Kant (1992, p. 36), “ações conformes ao dever não são feitas puramente por dever.”

No último grau está a malignidade, ou o estado de corrupção do coração humano. Como define Krassuski (2005, p. 187), “é a propensão humana a adotar máximas más, negando totalmente o estímulo moral, e indica um estado de corrupção do coração”. O homem dá preferência a outros móveis, acarretando em perdas para a lei moral, e acaba por inverter a importância dos móveis para a determinação do arbítrio. Kant (1992, p. 36) diz que “embora assim possam ainda existir sempre ações boas segundo a lei (legais), o modo de pensar é, no entanto, corrompido na sua raiz (no tocante à intenção moral), e o homem é, por isso, designado como mau.”

Considerando-se os três graus da propensão para o mal na natureza humana, para Kant os dois primeiros não são intencionais, pois no primeiro, a máxima é admitida como móbil suficiente, ainda que a fragilidade do coração não permita sua concretização; no segundo, a lei não é admitida como móbil suficiente, mas vem acompanhada de outros móveis, podendo ser combatidos e superados, com êxito, pelo homem, quando o mesmo faz uso da boa vontade. Notemos que em ambos a máxima adotada é boa, ainda que no primeiro não se concretize, e no segundo, seja colocada ao lado de outros móveis. Lembremos que Kant expressa que a maldade de uma ação não está no seu efeito, mas na máxima adotada pelo sujeito moral, quando este escolhe a máxima má. Quanto ao terceiro grau, o da malignidade, este é intencional e é o grau máximo da propensão para o mal, nele a intenção moral está corrompida em sua raiz, sendo, portanto, o grau responsável pela perversidade do coração humano.

A partir do terceiro grau da propensão para o mal na natureza humana, Kant irá delinear a maldade radical do coração humano. Francisco Javier Herrero (1991, p. 76) dirá, em sua *Religião e História em Kant*, que “a nova realidade é que o homem já adotou em sua máxima de ação, como regra universal, outro móvel que contradiz a lei moral. A liberdade já se decidiu sempre pelo mal”. Essa decisão pelo mal corrompe a faculdade do homem de realizar o bem, provocando uma crise de liberdade. Se o homem, em sua liberdade, desde sempre, já deliberou fazer o mal, então a razão, enquanto prática, encontra, nessa decisão, o seu limite. No entanto, aqui ela se apresenta, uma vez que está ligada ao mal, problemática para a moral. Sobre isto, indaga Herrero (Ibidem): “como pode agora distanciar-se da lei moral e determinar-se por si mesma tanto para o bem como para o mal?”. É nesse ponto que o filósofo irá esboçar o seu conceito de mal radical.

Com o propósito de conceituar o mal radical e argumentar sobre ele, Kant começa com a afirmação de que o homem é mau por natureza, ou seja, devido à propensão natural para a maldade, está agregado ao homem o mal radical. Este mal é o “mal moral”, o qual Kant (1992, p. 38), no desenvolver de seus argumentos, classificará como mal radical. Assim denominado de radical porque corrompe o fundamento de todas as máximas. Sobre isto, dirá: “podemos então chamar a esta propensão uma inclinação natural para o mal, e, visto que ela deve ser, no entanto, sempre autculpada, podemos denominá-la a ela própria um mal radical inato (mas nem por isso menos contraído por nós próprios) na natureza humana.” (Ibidem). O mal moral em si consiste na adoção de máximas más, contrárias à lei. O estado em que o homem se encontra é somente culpa dele.

No entanto, não sendo suficiente definir o mal radical, Kant lança a pergunta sobre o que o fundamenta. E dirá que não podem ser apontadas como fundamento do mal nem a sensibilidade nem a corrupção da razão moralmente legisladora. Não pode ser a sensibilidade porque “para fornecer um fundamento do mal moral no homem, a *sensibilidade* contém demasiadamente pouco; efetivamente, faz do homem, enquanto remove os motivos que podem proceder da liberdade, um ser simplesmente *animal*” (Kant, Ibidem, p. 41). Por outro lado, não pode ser a razão moralmente legisladora porque “uma *razão* que liberta da lei moral, uma razão de certo modo *maligna* [...], contem demasiado, porque assim a oposição à própria lei se elevaria a móbil [...] e, por isso, se faria do sujeito um ser *diabólico*” (Ibidem). Kant acrescenta que nenhum desses dois casos se aplica ao homem.

Segundo o nosso filósofo, o mal radical é inerente à natureza humana, isto é, se o homem é mau por natureza, isto somente vale para ele considerado em seu gênero. Otfried Höffe (2005, p. 285) diz que “o mal não se encontra somente neste ou naquele indivíduo, mas

no gênero humano todo e precede todas as ações individuais. Todavia, ele não surge de uma disposição biológica, mas pode ser imputado à liberdade do homem”. Isto quer dizer que a propensão ao mal pode ser entendida como propensão natural para o mal.

Neste sentido, Kant tem a intenção de chegar à afirmação da realidade universal do mal. Por isso, dirá que “a propensão para o mal é aqui estabelecida no homem, mesmo no melhor deles (segundo as ações)” (Kant, 1992, p. 36). Ele argumenta, quanto ao mal radical no homem, que “a prova formal de que semelhante propensão corrupta tem de estar radicada no homem podemos a nós poupá-la em vista da multidão de exemplos gritantes que, nos atos dos homens, a experiência põe diante dos olhos.” (Ibidem, p. 38). E os descreve meticulosamente, como uma verdadeira experiência do mal. Francisco Javier Herrero (1991, p. 77) expõe o argumento kantiano da seguinte maneira:

aqueles que ainda vivem no ‘estado de natureza’ comportam-se de modo cruel e selvagem. Em nosso ‘estado civilizado’ a situação não é muito melhor, os mais variados vícios se infiltram, desde a satisfação interna pela ‘desgraça de nosso melhor amigo’ até os mais ofensivos da cultura e civilização no ‘estado de relações externas entre povos’ vive-se ainda no grosseiro estado natural de guerra e na total carência de moralidade.

Sendo o mal radical o encadeamento da religião da razão, o filósofo inclui, agora, em sua apreciação, a noção de pecado original como a origem desse mal, porém fará distinção entre pecado original (*peccatum originarium*) e pecado derivado (*peccatum derivativum*)². Kant fará diferença entre a inclinação para o mal como *ato no primeiro significado*, referindo-se ao primeiro, e *vício*, referindo-se ao segundo. Ambos são atos contrários à lei, porém o pecado derivado, em virtude de móveis que não consistem na própria lei, pode ser evitado; o pecado original, por sua vez, é uma propensão, e propensão inata, a qual não pode ser extirpada. Em outras palavras, Kant associará o mal radical, que não pode ser extirpado, com o pecado original, que é concebido como símbolo da queda originária do ser humano. Neste sentido, ele parece reconstruir a ideia da tradição cristã sobre pecado original. Hipótese sustentada por Herrero (1991, p. 81), ao dizer que “o cristianismo com sua afirmação do pecado original influenciou Kant, dando-lhe a intenção clara de chegar à realidade universal do mal”.

² A tradição cristã protestante chama-os de pecado original e pecados factuais. O primeiro refere-se ao pecado derivado da raiz original da raça humana, está presente na vida de todo e qualquer indivíduo e é a raiz de todos os pecados concretizados que corrompem a vida do homem. O segundo, refere-se aos pecados múltiplos cometidos pelos homens, que podem ser interiores (como os pensamentos) ou exteriores (que são as ações pecaminosas). Todos os pecados factuais são resultados do pecado original, ou seja, da desobediência. (Berkhof, 2001. p. 233)

Ainda quanto ao pecado original, Kant recorre à narrativa bíblica da queda de Adão e Eva ao dizer que: “Todos pecamos em Adão” (Kant, 1992, p. 48). Ele faz a relação entre o pecado de Adão e o pecado dos demais homens, pontuando que “em nós se pressupõe já uma inclinação inata para a transgressão”, assim se expressando: “ao passo que no primeiro homem não se conjectura tal coisa, mas, segundo o tempo, a inocência, portanto, a transgressão denomina-se nele *queda*. – Enquanto em nós é apresentada como resultado da malignidade já inata da nossa natureza.” (Ibidem, p. 80). Herrero (1991, p. 85), no entanto, argumenta que “aquilo que para a Bíblia é o primeiro pecado, para Kant é o começo da história humana, a passagem do instinto para a razão”. Assim, Kant tenta explicar a propensão para o mal na natureza humana *simbolizando-a* pelo pecado original da narração bíblica. Porém, julga inconveniente representar a origem do mal moral no homem como culpa hereditária. Conquanto o filósofo admita que o mal radical é inerente à natureza humana, e isso vale para o gênero humano todo, mesmo assim, é inexato crer que este mal é herdado. No seu dizer:

seja como for que a origem do mal moral no homem possa estar constituída, entre todos os modos de representação da sua difusão e continuação através de todos os membros da nossa espécie e de todas as gerações, o mais inconveniente é representá-lo como chegado a nós a partir dos primeiros pais por *herança*. (Kant, 1992, p. 46).

Se, em Kant, o mal radical pode ser simbolizado pelo pecado original, e é inadequado representar sua difusão como sendo culpa herdada de nossos ancestrais, como entender que ele seja radical e faça parte da própria natureza do homem? Kant (Ibidem) dirá que “Toda a ação má, se se buscar a sua origem racional, deve ser considerada como se o homem tivesse imediatamente incorrido nela a partir do estado de inocência.”. Antes da inclinação para o mal, o estado do homem é designado como estado de inocência, seu pecado é tomado a partir da inocência. A este respeito, acrescentará: “a sua ação é, apesar de tudo, livre e não está determinada por nenhuma destas causas, portanto, pode e deve ser sempre julgada como um uso originário do seu arbítrio” (Ibidem, p. 47). A realidade do mal radical não dissocia lei e liberdade, pois esta se vê abalada pelo mal radical. Embora haja essa afecção da liberdade pelo mal radical, Kant (1992, p.50) argumenta que:

o que o homem em sentido moral é ou deve chegar a ser, bom ou mau, deve *ele próprio* fazê-lo ou tê-lo feito. Uma ou outra coisa tem de ser um efeito do seu livre arbítrio; pois de outro modo não lhe poderia ser imputada, por consequência, não poderia ser nem bom nem mau moralmente.

Após deixar delineado em sua argumentação o conceito de mal radical no domínio da moral, onde se origina, Kant encaminhará seu discurso para a religião, onde espera-se encontrar o resgate da disposição originária para o bem. O filósofo consolida que o homem é mau por natureza, e o mal é universal, sendo este inerente à natureza humana. Todavia, não descartará que o resgate de uma disposição originária para o bem seja possível. O mal não é a corrupção da disposição para o bem, sua ação não destruiu toda possibilidade do bem, por isso o mal radical pode ser superado. No seu entender, Kant (Ibidem) argumenta que “quando se diz que ele [o homem] foi criado bom, tal nada mais pode significar do que foi criado para o bem, e a disposição originária do homem é boa”. Quando um homem é considerado mau? Quando adota como sua máxima uma ação contrária à lei. Quando ele é bom? Obviamente quando adota em suas máximas a lei como fundamento supremo.

Nosso filósofo, no propósito de apresentar a possibilidade do retorno ao bem, mais uma vez recorrerá ao texto bíblico, nesse sentido, usando a ilustração da árvore e seus frutos³ e dirá que aquilo que se afirma é que uma árvore má não pode produzir bons frutos. Em outras palavras, é inconcebível que um homem mau faça de si mesmo um homem bom e possa praticar ações boas. Porém, Kant (Ibidem, p. 50) argumentará em defesa de uma sentença contrária, dando lugar à crença na retomada da senda do bem:

mas visto que, segundo o que antes se reconheceu, uma árvore originariamente boa (quanto à disposição) produziu frutos maus, e a queda do bem para o mal (se se tiver bem em conta que este promana da liberdade) não é mais concebível do que o ressurgimento para o bem a partir do mal, então a possibilidade desta última não pode ser contestada.

Se é possível, porém, admitir a queda do bem para o mal, é de igual modo concebível o ressurgimento para o bem a partir do mal. Para Kant devemos tornar-nos homens melhores, pois o gérmen do bem não pode ser extirpado ou corrompido. No seu dizer: “o restabelecimento da originária disposição para o bem em nós não é, portanto, aquisição de um móbil *perdido* para o bem”. (Ibidem, p. 52). O mal não se apoderou da disposição do homem para o bem, o mal não anulou o bem, por isso é possível um resgate de uma disposição originária para o bem.

Do fato de o homem possuir uma disposição originária para o bem, a qual não foi anulada pelo mal radical, não se segue que ele seja efetivamente bom. Por isso, permanece a

³ Kant faz uso da mesma ilustração usada por Cristo, no Evangelho de Mateus: “Assim, toda árvore boa produz bons frutos; porém a árvore má produz frutos maus. Uma árvore boa não pode dar maus frutos; nem uma árvore má dar frutos bons.” (BÍBLIA SAGRADA, 2007, p. 1110).

indagação sobre a possibilidade de superação do mal radical e resgate da disposição originária para o bem, em busca do papel da religião nessa empreitada. Para o resgate do bem, o homem tem diante de si dois caminhos: uma reforma gradual e uma transformação do coração. A reforma gradual efetiva-se por meio de uma transformação dos costumes, na qual o homem pode adquirir, pouco a pouco, a virtude, o que para alguns é designado um longo costume, observando-se a lei, e, graças a isso, obtém uma transição que parte da inclinação ao vício para uma propensão oposta. Porém, o mal radical afeta de tal maneira o coração do homem que este não pode ser mudado somente pelas ações deste. Sobre isto, Krassuski (2005, p. 197) dirá que “em outras palavras, o homem não pode alterar aquilo que está dado, ou seja, modificar o fato de o pecado ter acarretado uma culpa originária para a espécie humana que não pode ser extirpada”. Sobre a segunda, a transformação do coração, Kant, para assegurar a proposta da retomada do bem, argumenta que a formação moral do homem não deve começar pela melhoria dos costumes, ao contrário, por uma conversão no modo de pensar. Ele menciona o texto bíblico do Evangelho de João⁴, e parece ligar os elementos de sua filosofia da religião, ou religião da razão, mostrando que é preciso uma revolução, uma mudança, assemelhando-a ao novo nascimento proposto por Cristo. Isto fica evidente na seguinte passagem:

Mas que alguém se torne não só um homem *legalmente* bom, mas também *moralmente* bom (agradável a Deus), i.e., virtuoso segundo o caráter inteligível (*virtus noumenon*), um homem que, quando conhece algo como dever, não necessita de mais nenhum outro motivo impulsor além desta representação do dever, tal não pode levar-se a cabo mediante *reforma* gradual, enquanto o fundamento das máximas permanece impuro, mas tem de produzir-se por meio de uma *revolução* na disposição de ânimo no homem (por uma transição para a máxima da santidade dela); e ele só pode tornar-se um homem novo graças a uma espécie de renascimento, como que por uma nova criação (Jo III, 5; cf. I Moisés, 2) e uma transformação do coração. (Kant, 1992, p. 53).

Para Cristo (Bíblia Sagrada, 2007, p. 1233), através da experiência do nascimento físico, o homem entra no mundo como ser humano, mas é somente através de uma ação sobrenatural do Espírito Santo que o homem recebe o nascimento espiritual e se torna filho de Deus. Esse nascimento espiritual, segundo descrito na Bíblia (Ibidem, pp. 1509-1515), transforma o coração do homem, aniquilando a ação do pecado original, e conseqüentemente,

⁴ O texto mencionado aqui é a resposta de Cristo a um dos Mestres dos judeus, chamado Nicodemos: “Respondeu-lhe Jesus: Em verdade, em verdade te digo que se alguém não nascer de novo, não pode ver o reino de Deus. Perguntou-lhe Nicodemos: Como pode um homem nascer, sendo velho? porventura pode tornar a entrar no ventre de sua mãe, e nascer? Jesus respondeu: Em verdade, em verdade te digo que se alguém não nascer da água e do Espírito, não pode entrar no reino de Deus.” (Ibidem, p. 1233).

toda a eficácia dos pecados derivados e, segundo o texto sagrado (Ibidem), o novo nascimento se evidencia na ausente prática do mal, no verdadeiro amor pelos semelhantes, no amor a Deus e obediência aos seus mandamentos, na vitória sobre o mundo e numa vida cristã vitoriosa. Quando esta evidência está ausente, o homem não passa de um ser humano, não regenerado, vivendo, segundo o texto sacro, debaixo do jugo do pecado.

Na busca pelo resgate da disposição originária para o bem, Kant não recorre a uma ação do Espírito Santo para que o renascimento seja possível ao homem, porém sustenta que a religião da moral está fundamentada no preceito de que cada homem deve fazer o que está ao seu alcance para o próprio melhoramento moral. Assim, interroga-se Kant (1992, p. 53): “se o homem estiver corrompido no fundamento das suas máximas, como é possível que leve a cabo pelas suas próprias forças esta revolução, e se faça por si mesmo um homem bom?”. Kant se serve da tese de que dever é poder, isto é, o dever não nos ordena nada que não esteja em nosso poder. Isso será possível levando-se em conta o seguinte: “para o modo de pensamento, é necessário a revolução, e por isso deve também ao homem ser possível, mas para o modo do sentido (que opõe obstáculos àquela) requer-se a reforma gradual” (Kant, p. 53). A revolução acontece pela maneira de pensar (homem inteligível) e a reforma gradual pela maneira de sentir (homem sensível). Isto sugere que Kant faz distinção entre o modo de pensar e o modo de sentir, reservando para o primeiro, uma revolução, para o segundo, uma reforma gradual. São esses dois fatores desenvolvidos que tornam o resgate da disposição originária para o bem possível. Kant descreve o momento da revolução na seguinte passagem de *A religião nos limites da simples razão*:

quando o homem inverte o fundamento supremo das suas máximas, pelas quais era um homem mau, graças a uma única decisão imutável (e se reveste assim de um homem novo), é nessa medida, segundo o princípio e modo de pensar, um sujeito susceptível do bem, mas só no contínuo agir e devir será um homem bom. (Kant, p. 53)

A teoria kantiana, quanto ao resgate da disposição originária do bem, levando-se em consideração a reforma gradual, não estabelece quantas ações boas se fazem necessárias para que o homem seja considerado bom. Quanto ao resgate da disposição originária do bem, levando-se em conta a transformação do coração, Kant argumenta que se efetiva numa única decisão imutável, o revestimento de um novo homem. O julgamento sobre o momento dessa conversão é colocado sob dois olhares: o divino e o humano.

Para o primeiro, o olhar divino, que penetra o fundo inteligível do coração, de todas as máximas do livre-arbítrio, o progresso do mal para o melhor é considerado como revolução,

porque Deus tem acesso a esse progresso infinito. O fundamento universal de todas as máximas só Deus pode sondar. Saber quando aconteceu, no homem, o resgate da disposição originária para o bem, somente Deus o pode. No dizer de Kant (1992, p. 54):

para aquele que *perscruta* o fundo inteligível do coração (de todas as máximas do arbítrio), para quem, portanto, esta infinitude do progresso é unidade, i.e., para Deus, é tanto como ser efectivamente um homem bom (a Ele agradável); e esta transformação pode assim considerar-se uma revolução.

Já para o segundo, o olhar humano, que somente pode ver o exterior do homem, o progresso do mal para o melhor é visto apenas temporalmente, portanto, como uma reforma gradual. Sobre isso, escreve Kant (Ibidem): “mas, para o juízo dos homens, que só podem apreciar-se a si mesmos e a força das suas máximas segundo o domínio que obtêm sobre a sensibilidade no tempo”. Ele caracteriza que essa forma de olhar contempla apenas a reforma gradual (ibidem): “tal mudança só deve divisar-se como um permanente anelo ao melhor, portanto, como reforma gradual da propensão para o mal enquanto modo de pensar perverso.”

Podemos vislumbrar que, aqui, a religião se insere no contexto do caminho que parte do mal para o bem. A esperança de superação do mal radical e do resgate para a disposição originária para o bem provém da fidelidade no cumprimento do dever e da crença na existência de Deus. Nesse contexto, a prova moral da existência de Deus é determinante para o exame da religião, pois na religião o conteúdo do dever aparece resumido na ideia de um ser supremo, isto é, os deveres são os mandamentos divinos. Porém, segundo Krassuski (2005, p. 91) “a necessidade de admitir a ideia de Deus é de ordem prática e pertence à razão subjetiva”. Ele (Ibidem) afirma que “Kant permanece inflexível que seja necessário qualquer conhecimento teórico de Deus, mesmo para a religião”. Nesse sentido, a existência de Deus é proveniente da argumentação moral sobre sua existência.⁵ No dizer de Kant (1992, p. 14):

a moral conduz, pois, inevitavelmente à religião, pela qual se estende, fora do homem, à ideia de um legislador moral poderoso, em cuja vontade é fim último (da criação do mundo) o que ao mesmo tempo pode e deve ser o fim último do homem.

Em Immanuel Kant, conseqüentemente há uma relação da moral com a religião. Em *A religião nos limites da simples razão*, utilizada desde a problemática do mal radical, Ele

⁵ Não nos deteremos, aqui, nas provas da existência de Deus, conforme argumentadas por Kant, pois esse não é o propósito deste trabalho, que toma como recorte o mal radical.

acreditava que a moralidade é o coração da verdadeira religião. Para ele, a moral conduz inevitavelmente à religião, e essa relação fundamenta-se na ideia de um legislador moral e poderoso, podendo se sustentar que “a prova moral da existência de Deus é decisiva para o exame da religião, e essa justificativa, para Kant, somente pode ser mantida no domínio prático-moral” (Krassuski, 2005, p. 89). Se há um legislador, é possível conferir a esse ser a competência de examinar as máximas humanas. Para o filósofo, a razão prática (e moral) deve determinar o que é essencial à religião, isto é, a verdadeira religião se caracteriza como uma concepção dos deveres morais do homem, entendidos como deveres divinos.

Se a religião relacionada à razão prática apresenta-se como solução para o resgate da disposição originária para o bem, é preciso identificar de qual religião o filósofo trata. Por isso, ele divide todas as religiões em dois tipos: “religião da petição de favor (do simples culto), e religião moral, i.e., a religião da boa conduta de vida” (Kant, p. 57).

Sobre a primeira, ele diz que nela o homem engana-se a si mesmo acreditando que Deus poderá fazê-lo feliz independente de se tornar um homem melhor, por meio de remissão dos pecados; ou, ainda, acredita que Deus possa transformá-lo em um homem melhor, sem que seja necessário fazer algo mais além de súplicas à divindade. Aqui, a passividade torna-se uma conduta de vida, em que o desejo de ser melhor, mesmo que não se faça nada para isso, basta por si só. O homem que bajula a si mesmo deseja cultuar a Deus, esperando um favor do céu, sem ter colocado suas forças para agir moralmente bem. Cultua a Deus crendo que este lhe concederá uma boa conduta de modo totalmente sobrenatural e gratuito, fora de si mesmo. Porém, para Kant, se com o simples pedido o desejo fosse realizado, todos os homens seriam bons.

No que concerne à segunda, para Kant, entre todas as religiões públicas que houve só a religião cristã corresponde à religião moral. Ele se servirá de outra ilustração bíblica, a parábola das moedas⁶, para expor o princípio da religião moral, na qual, cada um deve fazer todo o possível, ou seja, aquilo que está nas suas forças, para se tornar um homem melhor. Assim o filósofo expressa:

só quando não enterrou a moeda que lhe foi dada ao nascer (Lc XIX, 12-16), quando se serviu da disposição originária para o bem a fim de se tornar um

⁶ Kant faz menção aqui à parábola das dez minas, encontrada nas palavras de Cristo, no Evangelho de Lucas, que retrata a viagem de um nobre que partiu para uma terra longínqua, e antes da viagem, confiou aos seus servos moedas para que estes com elas negociassem, até que ele voltasse. Os que fizeram bons negócios foram agraciados com o dobro das moedas, porém o servo que enterrou a moeda não recebeu recompensas, ao contrário, até o que lhe tinha foi tirado. (BÍBLIA SAGRADA, 2007, p. 1214).

homem melhor, pode esperar que será completado mediante uma cooperação superior o que não está na sua capacidade. (Kant, p. 58).

Kant expõe que todos foram contemplados com a disposição originária para o bem, podendo por ela ser um homem melhor, e todos, de igual maneira, poderiam desenvolver tal disposição, os que assim se esforçaram para isso, são contemplados com a cooperação divina. Kant parece ser da opinião de que se o homem esforça-se por ser um homem bom, o complemento virá como um auxílio divino. Todavia, não se pode saber como se dá tal complementação, e em que consiste o auxílio divino. A razão não pode determinar o modo da ajuda divina, porque ela se apresenta incondicional. Também não é absolutamente necessário que o homem saiba em que esta consiste. O que é importante saber é que não se trata de um ganho gratuito, mas algo conquistado por meio de esforço. Kant (1992, p. 58) diz, a respeito desta ajuda de Deus: “não é essencial e, portanto, não é necessário a cada qual saber o que é que Deus faz ou fez em ordem a sua beatitude; mas sim saber *o que ele próprio deve fazer*, para se tornar digno desta assistência”.

Kant continuará tratando do problema do mal radical e do resgate da disposição originária para o bem em sua *Religião nos limites da simples razão*, porém, pode-se perceber que se torna uma reflexão centrada no cristianismo. Ele abordará questões como o culto a Deus, admitindo que “o culto contém uma potencialidade a qual, se dirigida para fins morais, apresenta-se como um meio eficiente para o cultivo moral dos indivíduos” (Krassuski, 2005, p. 211). É certo que ele não acreditava que Deus necessitasse de manifestações rituais, muito menos que elas condicionassem a vontade de dele.

É esta justificativa que na busca pelo resgate da disposição originária para o bem, a figura de Cristo é apresentada na religião kantiana da razão como um arquétipo da humanidade, um exemplo de perfeição moral e único agradável a Deus. Como o Cristo é apresentado em Kant, Krassuski (2005, p. 213) dirá: “no Filho de Deus, a Revelação central do cristianismo, a ideia veio até nós, tornou-se acessível, ou seja, um ideal: o ideal é a ideia personificada e é essa que serve de modelo universal para a humanidade”. Por isso, a teoria do mal radical aparece dentro de um escrito de circunstância que parece destinado a reencontrar um compromisso entre a filosofia e o cristianismo, pois Kant demonstra-se positivo em relação à fé eclesiástica e, especialmente, ao cristianismo.

Partindo da filosofia de Immanuel Kant, principalmente de sua filosofia da religião, buscamos, no próprio ser humano, isto é, em sua natureza, uma compreensão melhor para o problema do mal que, inevitavelmente, está manifesto perante nossos olhos, nas ações

humanas. No caminho trilhado, encontramos que na natureza humana não reside apenas uma propensão para o mal, mas que há no homem uma disposição originária para o bem. Nessa mesma empreitada, pudemos encontrar nos argumentos kantianos, um resgate da disposição originária para o bem, e o papel da religião como forma de restabelecimento desse bem. Kant parte do pressuposto de que no homem há uma dualidade: uma disposição originária para o bem e uma propensão para o mal. Isto não quer dizer que o homem seja bom e mau ao mesmo tempo, pois, segundo o filósofo, não é interessante admitir nenhum termo médio, em detrimento das máximas. Relativo à disposição originária para o bem, Kant reconhecerá que há no homem uma predisposição para o bem, evidenciada quando este é considerado como ser vivo, racional e responsável.

No que concerne ao problema do mal, a questão basilar argumentada por Kant é a de que há no homem um mal radical. A origem desse mal é proveniente da própria liberdade, visto que a moralidade foi agredida pelo livre-arbítrio, tornando o mal universal. Para tanto, a doutrina do mal assemelha-se à doutrina do pecado original da Bíblia, embora tenham interpretações distintas. Para provar que este mal é universal, ele argumenta que a observação e a própria experiência dos exemplos gritantes nos dão conta disto, ou seja, o mal está em toda parte, presente nas ações humanas. Entretanto, isto não implica dizer que esse mal seja a corrupção da disposição originária para o bem, pois usando a ilustração da árvore e seus frutos, ele argumentará sobre a possibilidade do resgate desta disposição. O mal não é absoluto no homem, sendo bem situado, é possível identificar de onde deve vir o movimento para suplantá-lo.

Em função disso, Kant vai expor como se dará o resgate da disposição para o bem: a transformação dos costumes contribuirá para que o homem possa adquirir pouco a pouco a virtude, indo de uma inclinação ao vício para uma propensão oposta. Porém, por suas próprias ações, isto não acontece, em virtude da total corrupção do coração do homem. O necessário é que haja uma transformação no coração, uma conversão, semelhante ao novo nascimento apresentado no cristianismo. Isso não implica dizer que o homem ficará passivo esperando um favor do céu, mas que o homem deve empreender esforços para fazer uso da disposição originária para o bem, a fim de tornar-se um homem melhor. Quando age assim, o homem pode esperar ser contemplado com um auxílio superior, tornando-se digno da graça divina.

Disso decorre que, tanto o mal como o resgate da disposição originária para o bem ou ao menos para o melhoramento do mundo depende da ação moral do homem. Quem pode, então, ver o grau de moralidade dos indivíduos? Está claro que somente Deus, que é aquele que sonda os corações, pode ver o grau de moralidade dos indivíduos e legislar sobre eles.

Para o homem, basta apenas fazer aquilo que lhe é peculiar e manter-se digno do complemento, pois não compete ao homem saber “o que é que Deus faz ou fez em ordem à sua beatitude” (Kant, 1992, p. 58), isto é, não cabe ao homem saber qual o complemento com o qual Deus irá agraciá-lo.

A proposta religiosa de Kant encoraja a resistência à passividade, à ação coagida, ao egoísmo e à motivação interesseira, que faz uso da religião para levar os homens a uma dependência. Sua crítica à religião tem o propósito de “purificá-la”, por meio da razão, tornando-a digna de estima. Contudo, em vista dos argumentos apresentados em favor do cristianismo, conclui-se que Cristo é o que representa o ideal de perfeição moral. Assim, a religião cristã é apresentada como o começo da religião moral e seus rituais são meios de graça, a saber, a oração, a frequência às reuniões públicas, o batismo e a comunhão (a ceia).

Levando-se em conta o que foi refletido, seguindo os passos do filósofo, podemos encontrar na filosofia kantiana as contribuições para a compreensão do mal radical, dentro de de *A Religião nos limites da simples razão*, expondo a possibilidade do resgate do bem, para que o homem torne-se melhor, primordialmente em seu esforço, para o uso da disposição originária para o bem, superando o mal, com o complemento divino. O caminho trilhado no presente trabalho permite, portanto, pensar o conceito de mal radical como o que vincula a moralidade à religião.

ABSTRACT

The purpose of this article is to conceptualize the radical evil in Immanuel Kant's thought, as well as to reflect over his proposal that deals about the possibility of an original disposition rescue for the good in human nature and the role of religion in this rescue. These themes permeate the philosophy of religion, proposed by Kant, in his book *The religion within the limits of the simple reason*, published in 1793. The radical evil, in Kant, is understood as an inversion, by free will, deliberate, since the beginning of his existence, by man, becoming an obstacle on the development of human being for the good of the species. For that reason, for Kant, the radical evil needs to be overcome, and the moral religion, which is framed in the simple reason, presents itself as essential for that overrun, providing the possible rescue of man's natural disposition for the good.

KEYWORDS

Kant. Moral. Religion. Radical Evil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BERKHOF, Louis, **Teologia Sistemática**. 6 Ed. São Paulo: Editora Cultura Cristã. 2001.

BÍBLIA SAGRADA. *Edição Revista e atualizada*. Trad. João Ferreira de Almeida. Rio de Janeiro: SBB, 2007.

CASSIRER, Ernst. **Kant, vida y doctrina**. Tradução: Wenceslao Roces. México: FCE, 1948.

DURANT, Will, **A filosofia de Emanuel Kant ao seu alcance**. Tradução: Maria Theresa Miranda. Rio de Janeiro: Edições de Ouro. s.d.

GUYER, Paul. (org.). **Kant**. Tradução: Cassiano Terra Rodrigues. Aparecida: Ideias & Letras, 2009.

HERRERO, Francisco Javier, **Religião e história em Kant**. Tradução: José A. Ceschia. São Paulo: Loyola, 1991.

HÖFFE, Otfried, **Immanuel Kant**. Tradução: Christian Viktor Hamm, Valério Rohden. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

KANT, Immanuel. **A religião nos limites da simples razão**. Tradução: Artur Morão. Lisboa: 70, 1992.

_____. **A crítica da razão prática**. Tradução: Artur Morão. Lisboa/Portugal: 70, 1997.

_____. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Tradução: Paulo Quintela. Lisboa: 70, 2007.

KRASSUSKI, Jair Antonio, **Crítica da religião e sistema em Kant: um modelo de reconstrução racional do cristianismo**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

MARTINS, Nuno Ornelas, **A ética kantiana e o espírito do cristianismo**. Covilhã/Portugal: Universidade da Beira Interior. 2011.

WOOD, Allen W. **Kant**. Tradução: Delamar José Volpato Dutra, Porto Alegre: Artmed, 2008.